

## A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E A CONTROVÉRSIA SOBRE AS DISCIPLINAS CULTURA BRASILEIRA E MUSEOLOGIA\*

Roberto CORTEZ

Departamento de Antropologia da UFPA. Pesq. do Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq.

Parecer Científico sobre a criação do Departamento de Antropologia da UFPA, bem como a controvérsia sobre as disciplinas Cultura Brasileira e Museologia: se ficariam com o Departamento de História ou com o Departamento de Antropologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia, História, cultura, museu, museologia.

A Cientific evaluation is presented regarding the implantation of the Anthropology Department as well courses dealing with Brazilian Culture and Museology. The crux of the debate is whether the courses win be administered by the History, or the Anthropology Department.

**KEY WORDS:** Anthropology, History, culture, Museum, Moseology.

O ponto de vista cria o objeto, costumava insistir SAUSSURE (1973, p. 15) aos seus alunos do curso de Lingüística: "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto". Também Weber, considerado um sociólogo liberal, dizia que não seriam as relações reais entre *coisas* o que constituiria o

\* Artigo redigido em 1988 e entregue para publicação no GT Antropologia em 1989.

princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas sim as relações conceptuais entre problemas, de modo que somente onde se aplicasse um método novo a novos problemas e onde, portanto, novas perspectivas seriam descobertas nasceria uma *ciência* nova.

“O domínio do trabalho científico não é delimitado pelas relações ‘materiais’ dos ‘objetos’, mas antes pelas relações conceptuais dos problemas. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que nos abram novos e importantes horizontes, é que nasce uma nova ‘ciência’” (WEBER, 1974, p. 50).

Acrescentaria que, da mesma maneira, a aplicação de métodos novos a velhos problemas pode levar à descoberta de novas perspectivas também. O mesmo princípio epistemológico, estabelecendo a ruptura com o realismo ingênuo, é proclamado e praticado por MARX (1978, p. 117), assinalando que

“a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; . . . O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro. . .”

Tudo isso significa que uma ciência, como lembra o sociólogo BOURDIEU (1968, p. 59), não pode ser definida por uma pretensa parcela do real que lhe corresponderia como exclusividade sua. Na verdade, a investigação científica organiza-se de fato “em torno de objetos construídos que nada têm em comum com aquelas unidades delimitadas pela percepção ingênua”, exatamente porque “o fato se conquista contra a ilusão do saber imediato” (BOURDIEU, 1968, p. 35). O real, portanto, não comportaria as delimitações que costumamos fazer por razões de ordem didática e pragmática, estabelecendo até mesmo distinções institu-

cionais e, por conseguinte, políticas, porque o real, salvo melhor juízo, não seria como um chão, ou uma parede de azulejos onde cada mosaico fosse um objeto possuído por cada uma das ciências, ou seja, a cada mosaico uma ciência e somente uma.

Nesse sentido, a ANTROPOLOGIA não seria uma ciência que tem um objeto exclusivo, um objeto de sua posse privada. Embora, naturalmente, tendo um objeto próprio e sendo uma reflexão científica que tem a sua especificidade, como qualquer reflexão científica constrói, de igual modo, sua especificidade peculiar. Após lembrar Marx como orientação de ordem geral, lembraria que um antropólogo como Lévi-Strauss, a propósito da ANTROPOLOGIA, adverte:

“É importante, com efeito, compenetrarmos-nos desde o início desta verdade: a Antropologia não se distingue das outras ciências humanas e sociais por um objeto de estudos que lhe seria próprio. A história quis que ela começasse por se interessar pelas sociedades ditas ‘selvagens’ ou ‘primitivas’, e teremos mais adiante que pesquisar as razões disto. Mas este interesse é, de modo crescente, partilhado por outras disciplinas, notadamente a demografia, a psicologia social, a ciência política e o direito. Por outro lado, assiste-se a este curioso fenômeno de que a antropologia se desenvolve ao mesmo tempo em que estas sociedades tendem a desaparecer, ou pelo menos a perder seus caracteres distintos. Isto significa, pois, que a antropologia não é absolutamente solidária com os machados de pedra, o totemismo e a poligamia. Ela demonstrou bem, aliás, no curso destes últimos anos que viram antropólogos se voltar para o estudo das sociedades ditas civilizadas”. (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 386).

Acrescentaria, em primeiro lugar, que o autor escreveu estas observações em 1954 e, em segundo, que, embora a citação não esteja negando isso, a ANTROPOLOGIA, talvez fosse melhor dizer os antropólogos, são sim solidários com a luta política desses povos reivindicando o direito à existência, o direito a ser diferente, bem como de todas as minorias étnicas e sociais. Geertz, por sua vez, revigorando o estudo da cultura como sistema simbólico, adverte que

"O LOCUS do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças. . .), eles estudam NAS aldeias. Você pode estudar diferentes coisas em diferentes locais, e algumas coisas – por exemplo, o que a dominação colonial faz às estruturas estabelecidas de expectativas moral – podem ser melhor estudadas em localidades isoladas. Isso não faz do lugar o que você está estudando" (GEERTZ, 1978, p. 32).

Portanto, como esclarecido anteriormente, os objetos da investigação antropológica são objetos construídos tipificando a abordagem antropológica. Isto, aliás, valeria, caso se queira romper com o realismo ingênuo, como fazia Marx e tantos outros, para as chamadas ciências sociais, as ciências humanas em geral, mas também, caso se queira levar essa ruptura epistemológica até suas últimas conseqüências, para qualquer reflexão que se intitule científica, de tal modo que nenhuma ciência possuiria, como propriedade particular sua, um pedaço do real, até porque o real, em si mesmo, não seria divisível desse modo, porque seria um só. A organização ideológica do real, digamos assim, a realidade, é que estabelece distinções, divisões, compartimentalizações do real: as institucionalizações.

Mas, o que é então a ANTROPOLOGIA? indaga perplexo Lévi-Strauss, para em seguida sugerir com humildade:

"Limitemo-nos, por enquanto, a dizer que ela procede de uma certa concepção do mundo ou de uma maneira original de colocar os problemas, uma e outra descobertas POR OCASIÃO do estudo de fenômenos sociais não necessariamente mais simples (como se está muitas vezes inclinado a acreditar) do que aqueles de que é palco a sociedade do observador; mas que – em razão das grandes diferenças que oferecem com relação a estes últimos – tornam manifestas certas PROPRIEDADES GERAIS da vida social, que a antropologia tem como objeto" (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 387).

Assim, continua o mesmo autor, pode-se chegar a esta constatação por muitos caminhos diferentes:

"Em certos casos, ela resultou da investigação etnográfica; em outros, de uma análise lingüística, ou ainda, de tentativas de interpretar os resultados de uma escavação arqueológica. A antropologia é uma ciência demasiado jovem para que seu ensino não reflita as circunstâncias locais e históricas que estão na origem de cada desenvolvimento particular" (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 387).

como naturalmente acontece aqui na UFPA, pois Belém não constitui o berço da ANTROPOLOGIA, embora presente, como em qualquer sociedade humana, uma *antropologia espontânea* ou, caso se queira, uma *sociologia espontânea*. Tudo isso ao lado da própria ANTROPOLOGIA como ciência que já era praticada antes mesmo do surgimento desta Universidade. Mais adiante, o mesmo autor apresenta uma concepção importante das relações da ANTROPOLOGIA com outras ciências que valeria apenas lembrar, colocando-a dependente de três ordens ao mesmo tempo – a sua tripla dependência – ainda que, por ser jovem, se inscreva com dificuldade nos quadros estabelecidos, de tal modo que ela teria, "se é lícito dizer, os pés nas ciências naturais; está escorada nas ciências humanas; olha em direção às ciências sociais" (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 402).

Uma outra conclusão importante poderia ser extraída destas considerações, com implicações na constituição de um Departamento de ANTROPOLOGIA numa Universidade jovem como a UFPA, pois, segundo Lévi-Strauss,

"nos enganaríamos acreditando serem puramente teóricas; é que a antropologia não poderia, em caso algum, concordar em deixar-se destacar, quer das ciências exatas e naturais (às quais a liga a antropologia física), quer das ciências humanas (às quais está presa por todas estas fibras que lhe tecem a geografia, a arqueologia e a lingüística). Se ela devesse obrigatoriamente, escolher uma subordinação, proclamar-se-ia ciência social, mas não na medida em que este termo permitisse definir um domínio separado, antes, ao contrário, porque ele sublinha um caráter que tende a ser comum em todas as disciplinas: pois mesmo o biólogo e o físico mostram-se hoje cada vez mais conscientes das implicações sociais de suas descobertas ou, para dizer melhor, de sua SIGNIFICAÇÃO ANTROPOLÓGICA" (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 401).

A partir daí, sempre inspirado numa vertente da escola sociológica francesa – sobretudo em MAUSS (1974) que situa as representações e as práticas no domínio das significações, ensinando que a tarefa consiste na tradução concreta e completa das significações –, Lévi-Strauss retira o social do biológico e do material para situá-lo no simbólico, definindo-o como sistema de significações, concebendo a ANTROPOLOGIA como ciência *semiológica*. Porém, Geertz, para quem a tarefa da ciência social não seria somente traduzir, mas interpretar, caracteriza a ANTROPOLOGIA como ciência interpretativa à procura de significados e não como uma ciência experimental em busca de leis:

“o conceito de cultura que eu defendo e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado” (GEERTZ, 1978, p. 15),

uma ciência das interpretações relativas e não das verdades absolutas. Esclarecendo mais adiante que,

“Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas” (GEERTZ, 1978, p. 40).

Como se pode observar, no início a ANTROPOLOGIA era uma disciplina global, caracterizada pela união de características biológicas, traços históricos e sócio-culturais, inclusive apresentando paradigmas simplistas, mas, por isso mesmo, de difícil superação ideológica, até hoje presentes no nosso senso comum, tanto nas ideologias *eruditas* quanto nas *populares*. Tratava-se de uma ANTROPOLOGIA GERAL ou volta-

da para o passado – caso da ARQUEOLOGIA – por meio dos importantes procedimentos arqueológicos. A ARQUEOLOGIA, portanto, já era uma das dimensões do conhecimento antropológico. Ou, então, uma ciência dominada pelo biologismo, caso da ANTROPOLOGIA FÍSICA que constituía outra dimensão básica do conhecimento antropológico naquela época. Era uma ANTROPOLOGIA GERAL biologista ou rasta.

Mas, é ainda no século passado, exatamente na sua segunda metade, que uma nova vertente antropológica marca a sua aparição decisiva dentro dessa ANTROPOLOGIA GERAL. Graças à contribuição dos evolucionistas vitorianos, a ANTROPOLOGIA começa a se diferenciar em três grandes disciplinas científicas essenciais:

– ANTROPOLOGIA FÍSICA, que ao longo de sua trajetória se redefine como uma ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA ou GENÉTICA e amplia seu campo de atuação, preocupada com a dimensão biológica do homem, a biologia animal, evolução biológica do homem, sociologia animal e, principalmente, com o estudo genético das populações, diferenciando bem a CULTURA (ou a SOCIEDADE) da NATUREZA, ou seja, dos mecanismos biológicos da evolução humana;

– A ARQUEOLOGIA, pois na medida em que se verifica a diferenciação entre ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA E ANTROPOLOGIA SOCIAL e CULTURAL, ocorre também uma importante automatização da ARQUEOLOGIA, preocupada principalmente com a maneira histórica de relacionar culturas entre si e com o tempo, mas que nem por isso deixa de ser uma das dimensões fundamentais do conhecimento antropológico, da ANTROPOLOGIA, em sua pretensão de conhecer o HOMEM TOTAL, e que em sua trajetória também se redefine:

“Pode-se concluir que, do ponto de vista aqui adotado, a Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade de material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 1988, p. 11);

– E a ANTROPOLOGIA SOCIAL, no caso da Inglaterra, e CULTURAL no caso dos Estados Unidos, revelando a grande descoberta da

CULTURA (e da SOCIEDADE), muito mais interessadas, portanto, na natureza dos fenômenos sociais enquanto fatos singulares, com lógica e autonomia próprias, podendo variar independentemente do plano biológico ou geográfico.

Há, também, a ETNOGRAFIA e a ETNOLOGIA, as quais seria preferível situar, teoricamente, como dois momentos da pesquisa antropológica, concordando-se com o entendimento de Lévi-Strauss, e não tanto como duas disciplinas diferentes, mas que nem por isso deixam de ser tratadas assim. A ETNOGRAFIA, caracterizada pela observação e descrição, que se realiza através do trabalho de campo, correspondendo aos primeiros estágios da pesquisa, e a ETNOLOGIA, a qual, sem excluir a observação direta, compreende a ETNOGRAFIA como seu passo preliminar, constituindo um prolongamento daquela, representando “um primeiro passo em direção à síntese”, seja geográfica, seja histórica, seja sistemática (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 395). Enquanto a ANTROPOLOGIA SOCIAL e a ANTROPOLOGIA CULTURAL, correspondendo a preocupações teóricas bem definidas, são termos “ligados a uma segunda e última etapa da síntese, tomando por base as conclusões” da ETNOGRAFIA e da ETNOLOGIA, de modo que ETNOGRAFIA, ETNOLOGIA e ANTROPOLOGIA “Não constituem três disciplinas diferentes, ou três concepções diferentes dos mesmos estudos. São, de fato, três etapas ou três momentos de uma mesma pesquisa” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 396) que, para efeito de aprendizagem, podem ser desdobradas em disciplinas antropológicas, pois constituem a ANTROPOLOGIA. A ANTROPOLOGIA CULTURAL e a ANTROPOLOGIA SOCIAL

“cobrem exatamente o mesmo programa, uma partindo das técnicas e dos objetos para terminar nesta ‘supertécnica’ que é a atividade social e política, tornando possível e condicionando a vida em sociedade, a outra partindo da vida social para descer até às coisas, nas quais ela imprime sua marca e até às atividades através das quais ela se manifesta” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 398).

Modernamente, estas duas perspectivas tendem a se confundir, mas

“não se deve esquecer de que, mesmo nos casos extremos, trata-se somente de uma diferença de ponto de vista, não de objeto. . . Parece haver hoje em dia no mundo um acordo quase unânime em utilizar o termo ‘antropologia’ em lugar de etnografia e de etnologia, como o mais apto para caracterizar o conjunto destes três momentos da pesquisa. Uma investigação internacional recente o atesta. Pode-se, pois, sem hesitação, recomendar a adoção do termo antropologia nos títulos dos departamentos, institutos ou escolas consagrados à pesquisa e ao ensino correspondentes. Mas não é oportuno ir além: as diferenças sempre fecundas de temperamento e de preocupações, entre os mestres encarregados dos ensinamentos e da direção dos trabalhos, encontrarão nos qualitativos SOCIAL e CULTURAL o meio de exprimir suas matrizes particulares” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 400).

Ressalto ser importante reter, entre outras, uma frase desta citação, TRATA-SE SOMENTE DE UMA DIFERENÇA DE PONTO DE VISTA E NÃO DE OBJETO, exatamente o tipo de concepção científica geral que está guiando estas considerações desde o início, conforme as citações feitas de Saussure, Weber, Marx, Bourdieu, Lévi-Strauss e Geertz, que julgo útil no momento em que se está tratando da separação institucional do DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA em dois DEPARTAMENTOS, o de HISTÓRIA e o de ANTROPOLOGIA. Por outro lado, o exemplo brasileiro revela tanto a influência da ANTROPOLOGIA CULTURAL, como nos textos mais clássicos (Artur Ramos, Roque-Pinto, Gilberto Freire, etc.) de orientação basicamente culturalista, quanto a influência da ANTROPOLOGIA SOCIAL que se afirma a partir da década de 60 com a crítica da abordagem culturalista do contato interétnico (OLIVEIRA, 1972), sendo que, na atualidade, há uma tendência a combinar as duas tradições e o aparecimento de novas orientações.

O importante é que com o surgimento, portanto, da ANTROPOLOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL, o social passa a ser explicado pelo social e não mais pelo determinismo biológico ou geográfico. Embora ainda bastante marcada pelo etnocentrismo, fenômeno que resumiria,

com a permissão de meus colegas, com a crença e a convicção de que o grupo de *eu* “é a verdade, a luz e a vida” enquanto o grupo do *outro* não seria nem a verdade, tampouco a luz, muito menos a vida, o surgimento da ANTRPOLOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL com uma nova dimensão do conhecimento antropológico inicia o movimento no sentido de superar a própria origem da ANTRPOLOGIA, que é a de filha dileta do colonialismo. Daí que a preocupação vigente, quando a ANTRPOLOGIA estava afogada pela HISTÓRIA – talvez fosse melhor reconhecer, pelo historicismo reinante – em situar tudo num eixo histórico comum considerado como uma linha reta evolutiva de progresso de um passado primitivo para um futuro racional, como faziam os evolucionistas do desenvolvimento unilinear, teve, em contrapartida, também seu lado positivo na medida em que se começa a acentuar a relatividade das formas culturais (ou sociais) e sua autonomia, indicando que se os homens, afinal

“não eram mesmo iguais, eles também não eram inteiramente diferentes ou grosseiramente superiores e inferiores. Tudo isso, como se sabe pelos estudos antropológicos contemporâneos, dá-se de modo simultâneo, numa dialética cultural muito complicada. Todas as sociedades são, pois, atrasadas e também adiantadas, não havendo uma formação social que possa *per se* resumir em si mesmo a experiência e as potencialidades de todos os homens e de todas as sociedades” (DA MATA, 1986, p. 59).

De um ponto de vista científico, por conseguinte, tanto a ANTRPOLOGIA BIOLÓGICA, quanto a ARQUEOLOGIA e a ANTRPOLOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL (que compreendem a ETNOGRAFIA e a ETNOLOGIA) são modalidades complementares de ANTRPOLOGIA, são dimensões fundamentais do conhecimento antropológico, são disciplinas científicas antropológicas, são ciências. As duas primeiras, como se sabe, muito mais antigas, constituíam a própria ANTRPOLOGIA no início dessa história, enquanto a ANTRPOLOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL é bem mais jovem. Porém,

“quer a antropologia se proclame ‘social’ ou ‘cultural’ aspira sempre a conhecer o HOMEM TOTAL, encarado, num caso, a partir de suas PRODUÇÕES, no outro, a partir de suas REPRESENTAÇÕES. Compreende-se assim que uma orientação “culturalista” aproxime a antropologia da geografia, da tecnologia e da pré-história, enquanto a orientação sociológica lhe cria afinidades mais diretas com a arqueologia, a história e psicologia.” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 399).

Em ambos os casos, apenas para não incorrer num grave esquecimento da LINGÜÍSTICA, tanto na ANTRPOLOGIA SOCIAL quanto na CULTURAL,

“existe uma relação particularmente estreita com a lingüística, posto que a linguagem é ao mesmo tempo o FATO CULTURAL por excelência (distinguindo o homem do animal) e aquele por intermédio do qual todas as formas de vida social se estabelecem e se perpetuam.” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 399).

Talvez fosse conveniente acrescentar também que se transformam e se renovam.

Desse modo, se está sendo criado um DEPARTAMENTO DE ANTRPOLOGIA numa Universidade tão jovem como a UFPA, ele deveria abrigar, institucionalmente, no mínimo, a ANTRPOLOGIA FÍSICA, uma disciplina inclusive bastante antiga nesta Universidade, existindo praticamente desde quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi criada nos anos cinquenta, a ARQUEOLOGIA, a ANTRPOLOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL, esta última também tão antiga quanto aquela na UFPA (talvez até mais). Além destas, outras disciplinas científicas, tais como, por exemplo, divisões ou subdivisões didáticas do campo antropológico, ANTRPOLOGIA ECONÔMICA, ANTRPOLOGIA POLÍTICA, ANTRPOLOGIA URBANA, ANTRPOLOGIA DA EDUCAÇÃO, ANTRPOLOGIA DA RELIGIÃO, ANTRPOLOGIA FILOSÓFICA, ANTRPOLOGIA ECOLÓGICA ou ECOLQIA CULTURAL e assim por diante, seriam incluídas no DEPARTAMENTO DE ANTRPOLOGIA. Sem esquecer o FOLCLORE, pois os estudos folclóricos dependem, certamente, “seja por seu

objeto, seja por seu método (e sem dúvida por ambos ao mesmo tempo), da antropologia” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 400). E a LINGÜÍSTICA? A criação de um DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA deveria incluir a LINGÜÍSTICA? Na tradição norte-americana, classicamente a ANTROPOLOGIA CULTURAL compreende as seguintes ciências: ARQUEOLOGIA, LINGÜÍSTICA E ETNOLOGIA.

Sobre MUSEOLOGIA e CULTURA BRASILEIRA seria preciso esclarecer o seguinte:

#### a) MUSEOLOGIA

Os Museus, do ponto de vista da ANTROPOLOGIA, significam muitas coisas, mais seguramente significam uma extensão do *trabalho de campo*, essa espécie de marca registrada da ANTROPOLOGIA fecundando outros ramos do conhecimento desde quando o funcionalismo de Malinowski introduz, sistematicamente, esse procedimento na investigação antropológica, ainda que ele não tenha sido o primeiro a fazê-lo. Deste modo a ANTROPOLOGIA passa a ser, sob qualquer ângulo teórico, uma investigação onde se torna indispensável a PESQUISA DE CAMPO, de forma que “ninguém deveria poder ter a pretensão de ensinar antropologia sem ter realizado ao menos uma pesquisa de campo importante” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 414), os MUSEUS sendo o prolongamento desse trabalho científico. Além, evidentemente, de repassar o conhecimento para o público sob a forma, por exemplo, de exposições permanentes ou temporárias e uma série de outras atividades de extensão, que são possíveis graças à conservação dos acervos científicos e sua conseqüente atualização pelos MUSEÓLOGOS, que Suano, uma especialista no assunto, prefere chamar de MUSEÓGRAFOS (técnicos de Museus) (1986), mas que, a tradição brasileira, no que diz respeito à regulamentação da profissão, denomina de MUSEÓLOGOS. Por isso, sempre há, ao lado dos antropólogos, na medida em que se desenvolve a investigação antropológica – seja a ANTROPOLOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL, a ARQUEOLOGIA e a ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA – os ACERVOS CIENTÍFICOS cuidados por MUSEÓLOGOS, as Coleções Científicas e Técnicas, ou como chamam os Museólogos, as Reservas Técnicas. Inclusive, durante muito tempo, como ainda parece ser dominante no nosso senso comum, mas não mais na ANTROPOLOGIA,

nem tampouco na Museologia, os Museus de Antropologia foram concebidos “a imagem de outros estabelecimentos do mesmo tipo, isto é, como um conjunto de galerias em que se conservam objetos” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 419) – sim, porque há os Museus de Antropologia, os Museus de Arqueologia e Etnologia, como também os Museus Sacros, de História Natural, os Museus de Geografia e assim por diante, daí porque, talvez, a tradição francesa tenha criado o Museu do Homem. Ocorre, porém, que a própria evolução da Antropologia como ciência e, sem dúvida, “as transformações do mundo moderno levam-nos por dois lados a moficiar essa concepção” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 419) antiga dos Museus, de tal modo que

“não se poderia tratar exclusivamente de recolher objetos, mas também, e sobretudo, de compreender homens, e muito menos de arquivar vestígios ressequidos como se faz nos herbários, do que de descrever e analisar formas de existência, dos quais o observador participa de maneira mais íntima” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 420).

Naturalmente, não se está argumentando, tendo em vista o ponto de vista teórico que sustenta estas considerações desde o início, que a MUSEOLOGIA é uma disciplina científica com o mesmo estatuto teórico, digamos assim, da ARQUEOLOGIA, ou da ANTROPOLOGIA SOCIAL ou qualquer outro exemplo que se queira tomar. Com efeito, pela “definição mais corriqueira de ciência... vemos claramente que montar projetos e programas para a manutenção de uma instituição não se constitui em uma disciplina científica” (SUANO, 1986, p. 79), embora havendo necessidade do concurso da ciência. A MUSEOLOGIA não é uma disciplina exclusivamente antropológica. Mas, certamente, se há Acervo Científico no Laboratório de Etnologia, a MUSEOLOGIA com um enfoque antropológico, além, naturalmente, de outros, deveria estar no DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, salvo melhor entendimento, até porque não se dispõe de curso de graduação em MUSEOLOGIA na UFPA, como ocorre, por exemplo, na UFRJ, e se pode dispor para o futuro Departamento, de, pelo menos, dois professores credenciados como MUSEÓLOGOS que fazem parte do Grupo de Atividades em

Antropologia. Sem deixar de reconhecer, porém, como faz questão de insistir SUANO (1986, p. 79-80), que

“o especialista em uma das áreas de conhecimento do acervo do museu (antropólogo, arqueólogo, geólogo, historiador, conforme o tipo de museu) é que estará apto a tratar com pertinência e profundidade as LINHAS, os programas de atuação da instituição e apresentação ao público daquilo que ele PRODUZ, isto é, CONHECIMENTO sobre uma determinada realidade”,

pois a fase de estabelecimento das diretrizes e elaboração dos programas “envolve posicionamento teórico e político” (SUANO, 1986, p. 80). Por isso,

“o técnico de museu (ou museógrafo) deve forçosamente trabalhar em estreito contato com o pesquisador que programou o serviço a ser executado, para que a proposta inicial seja transmitida de forma clara e objetiva” (SUANO, 1986, p. 80-1).

#### b) CULTURA BRASILEIRA

Como se vê, do ponto de vista aqui adotado desde o começo, a disciplina CULTURA BRASILEIRA não é, que seja permitido dizer, uma disciplina exclusivamente da HISTÓRIA, ou da ANTROPOLOGIA, ou da SOCIOLOGIA, ou da POLÍTICA e assim por diante. Disciplina esta que, ao lado da MUSEOLOGIA ou ELEMENTOS DE MUSEOLOGIA, está sendo objeto do divórcio institucional entre a HISTÓRIA e a ANTROPOLOGIA, já que ambas reivindicam a posse do espólio no ritual da separação.

Seria fácilimo, no caso da disciplina CULTURA BRASILEIRA, reivindicá-la como propriedade particular da ANTROPOLOGIA, simplesmente porque nela aparece a palavra CULTURA, que como toda palavra é carregada de significação, e CULTURA é o objeto de uma tradição antropológica criando a ANTROPOLOGIA CULTURAL – praticada principalmente nos Estados Unidos –, esta sim uma disciplina

científica, tanto quanto a ANTROPOLOGIA SOCIAL, a ARQUEOLOGIA e a ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA, para citar exemplos da dimensão antropológica. E, além do mais, ANTROPOLOGIA CULTURAL é a designação também de duas disciplinas antropológicas que fazem parte do currículo tradicional da UFPA, apenas para citar o caso em questão, a ANTROPOLOGIA CULTURAL I e a II, sendo que, no passado, por volta dos anos sessenta, havia somente uma ANTROPOLOGIA CULTURAL na UFPA. Afinal, a noção antropológica de CULTURA – que não é uma só, mas seria ingênuo negar sua importância para qualquer ciência ou arte – é de origem inglesa, devendo-se a TYLOR (1975, p. 29), um dos fundadores da ANTROPOLOGIA mergulhado no historicismo vigente, tê-la definido pela primeira vez, tomada em seu sentido etnográfico amplo, como sendo o “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume, e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”, definição cujo grande mérito reside em ter enfatizado a questão da aprendizagem, das *capacidades ou aptidões e hábitos adquiridos* pelo homem em sociedade, introduzindo o conceito na ANTROPOLOGIA. Seria fácilimo argumentar assim, mas seria não só simplista e estar-se-ia enveredando pelo realismo ingênuo, o qual precisa ser cientificamente rompido e superado. Seria fácil também, caso se queira, mas talvez não tão fácil assim, reivindicá-la como propriedade privada da HISTÓRIA. Poder-se-ia, inclusive, apelar para a história, como sempre se faz, em busca de identidade e da legitimação.

Convenhamos, então, que tanto a HISTÓRIA quanto a ANTROPOLOGIA, os dois exemplos em questão, constituem reflexões legítimas, pelo que foi dito anteriormente com base em Saussure, Marx, Weber, Bourdieu, Lévi-Strauss e Geertz, sobre a CULTURA, cada qual a seu modo ou aos seus modos, uma numa perspectiva mais diacrônica e outra numa perspectiva mais sincrônica, sem ignorar que, inclusive, é possível articular, combinar, quase diria, integrar diacronia e sincronia, fato para o qual muitos estudiosos estão atentos e intentam realizar. Não só sobre a CULTURA, como sobre CULTURA BRASILEIRA.

CULTURA BRASILEIRA, por conseguinte, não seria uma disciplina científica no sentido em que o são, por exemplo, a ANTROPO-

LOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL, a ARQUEOLOGIA, a ANTROPOLOGIA, a BIOLOGIA, a HISTÓRIA, a SOCIOLOGIA e assim por diante. Ela é, isto sim, um objeto de estudo a ser construído teoricamente. Não há, se fosse permitido proclamar isso, uma ciência da cultura brasileira, a não ser num sentido muito especial de que toda a sociedade produz uma cultura que é uma arte e uma ciência. Mas, CULTURA BRASILEIRA não é uma ciência e, conseqüentemente, uma disciplina científica no sentido que aqui está sendo atribuído. Ela é um objeto de investigação. Porém sendo um objeto de investigação, nem por isso constitui um objeto, um bem possuído privadamente pela ANTROPOLOGIA ou pela HISTÓRIA. Tanto a HISTÓRIA, como a ANTROPOLOGIA, para ficar com os exemplos considerados, podem e devem tomar a CULTURA BRASILEIRA como objeto de investigação. A HISTÓRIA pode oferecer e tem proporcionado várias abordagens da CULTURA BRASILEIRA, bem como a ANTROPOLOGIA também, e se poderia, caso se queira, começar questionando a própria expressão CULTURA BRASILEIRA. Quem define isso, quando, como, por quê? Quais as noções que estão em jogo? Pois, como ensina BOURDIEU (1968, p. 35), falando sobre a ruptura,

“a vigilância epistemológica se impõe particularmente no caso das ciências do homem, nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa que em outros casos... a familiaridade com o universo social constitui o obstáculo epistemológico por excelência para o sociológico, porque produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que suas condições de credibilidade”.

Neste caso, parece estar acontecendo algo muito curioso e instigante: um objeto de investigação, CULTURA BRASILEIRA, está sendo galgado, por razões de ordem institucional vinculadas à separação do DHA - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA da UFPA em dois DEPARTAMENTOS, o de HISTÓRIA e o de ANTROPOLOGIA, à condição de uma DISCIPLINA CIENTÍFICA no sentido de que constituiria uma divisão ou subdivisão, digamos assim, da AN-

TROPOLOGIA ou da HISTÓRIA. Acontece que estas razões são sociais, e o social é histórico. Há como que, nesse procedimento, uma completa inversão ideológica, atribuindo-se aos argumentos institucionais, legais, oficiais, um valor científico que, em absoluto, não possuem.

O procedimento a ser adotado seria tentar fazer corresponder, numa discussão dessa natureza, o estatuto teórico de uma ciência, de uma disciplina, com as departamentalizações institucionais que, enfim, são socialmente necessárias para a organização do ensino, da pesquisa e da extensão, o tripé da Universidade, mas através de uma ruptura contra a ilusão do saber imediato e do realismo ingênuo. Naturalmente que num procedimento assim delineado, também haverá imprecisões. Porém, será o resultado de um esforço acadêmico, científico, portanto, sem cair na ilusão oposta de que todo o ideológico e político foram eliminados.

Como se sabe, a ciência antropológica de há muito se diferenciou da ciência histórica e vice-versa, sem negações mútuas desnecessárias, e não é isto que está em jogo, embora necessite ser considerado cientificamente. A questão que se apresenta é a SEPARAÇÃO INSTITUCIONAL na UFPA, cujo processamento parece lembrar, guardadas as devidas proporções, o que teria acontecido na segunda metade do século passado quando começa a diferenciação científica entre HISTÓRIA e a ANTROPOLOGIA SOCIAL e/ou CULTURAL. Houve época, inclusive, que as disciplinas antropológicas então existentes na UFPA (ANTROPOLOGIA FÍSICA, ANTROPOLOGIA CULTURAL, ETNOLOGIA e ETNOGRAFIA DO BRASIL) faziam parte do Departamento de Ciências Sociais, nos anos sessenta. Posteriormente, a ANTROPOLOGIA ficou junto com a HISTÓRIA, constituindo o DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA ainda agora existente. No nível científico, a convivência deve ter sido, e certamente o é, importante tanto para a ANTROPOLOGIA quanto para a HISTÓRIA. Mas, em termos institucionais, ainda que importante a convivência, é possível que tenham ocorrido vantagens e desvantagens para ambas e seria interessante examinar as razões da ANTROPOLOGIA ter saído do Departamento de Ciências Sociais e ter sido criado o DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA. A separação institucional entre a HISTÓRIA e a ANTROPOLOGIA, isto me parece importante entender, não implica, de

modo algum, negar os diversos vínculos científicos entre as ciências e disciplinas, até porque eles não deixarão de existir por causa de um divórcio legal. Pelo contrário, significa fortalecer os vínculos acadêmicos. A separação institucional acaba sendo uma consequência da diferenciação científica, e não o contrário.

Desse modo, atribuir prioridade a um ponto de vista institucional, absolutizá-lo a ponto de se ignorar ramos do conhecimento parece não ser o caminho mais adequado para a discussão acadêmica. Exatamente porque, entre outras razões, os ramos do conhecimento não deixarão de existir por causa disso. Se está sendo criado um DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, tanto quanto um DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, pois a separação institucional está em curso, de modo que continua, oficialmente, existindo o DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA na UFPA, e considerando-se a existência da disciplina CULTURA BRASILEIRA, é inegável que a ANTROPOLOGIA necessitaria ter essa disciplina no DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, sem que isso seja um domínio privado seu, tanto quanto a HISTÓRIA, se assim entendem os historiadores, necessitaria ter a disciplina CULTURA BRASILEIRA no DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. Esta seria uma alternativa institucional que não violentaria nem a HISTÓRIA, nem a ANTROPOLOGIA. Dir-se-ia que isso é ilegal, do ponto de vista institucional. Porém, da ótica aqui considerada neste parecer, o que é o ilegal e o legal, o bonito e o feio? Se é assim, então, outra alternativa, tendo em vista que o professor de CULTURA BRASILEIRA está lotado no DHA, seria a disciplina ficar no DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, garantindo-se ao atual professor da disciplina continuar lecionando-a até sua aposentadoria, quando então, aberta a vaga, haveria concurso. Nesta alternativa, o atual professor da disciplina poderia ficar lotado tanto no DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA quanto no DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, ou seja, ou num ou noutro. Também é uma solução ilegal, do ponto de vista institucional-oficial? Então, ou se encontra uma alternativa com base em argumentação científica consistente, mais do que a deste parecer, ou se terá que admitir nossa impotência teórica e navegar ao sabor dos argumentos institucionais,

portanto, muito mais circunstanciais, por que não dizer, sociais e, por conseguinte, históricos, esquecidos de que

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, . . . os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada" (MARX, 1978, p. 329).

#### AGRADECIMENTOS

Agradecemos as sugestões da Professora Angélica Maués, que revisou o original, a qual, porém, não é responsável pelo ponto de vista aqui adotado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. et al. *Le Métier De Sociologue*. Paris: Mouton, 1968.
- DA MATTA, R. Antropologia. In: DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV-MEC, 1986.
- FUNARI, P. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- GEERTZ, P. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LÉVI STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1878. v. 35, p. 329-410.
- \_\_\_\_\_. Para a Crítica da Economia Política. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1978. v. 35, p. 107-264.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974. v. 2.
- OLIVEIRA, R. Cardoso de. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- SUANO, M. *O Que é Museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TYLOR, Edward. La ciencia de la cultura (1871). In: KAHN, J. (org.) *El concepto de cultura: textos fundamentais*. Barcelona: Anagrama, 1975.
- WEBER, Max. *sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1974.

## EDWARD PALMER THOMPSON E A TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA MARXISTA

José Alves de SOUZA JÚNIOR  
Departamento de História e  
Antropologia da UFPA.

A produção historiográfica fundada no materialismo histórico tem contribuído, sobremaneira, para o desenvolvimento da historiografia, quer em nível nacional, quer em nível internacional. O objetivo do presente trabalho é apresentar a proposta historiográfica de EDWARD PALMER THOMPSON, a partir da análise crítica de duas de suas obras: *A Miséria da Teoria* e *A Formação da Classe Operária Inglesa*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marxismo, Stalinismo, Historiografia, Experiência, Multiplicidade, Classe Operária.

Whether viewed from a national or international level, historical materialism has overwhelmingly contributed to the development of historiology, and to the quantity of historiographic works. The purpose of this paper is to present Edward Palmer Thompson's historiographic proposal, beginning with a critical analysis of his two treatises: *The Poverty of Theory*, and *The Making of the English Working Class*.

**KEY WORDS:** Marxism, Stalinism, Historiography, Experience, Multiplicity, Working Class.

## 1 A PROPOSTA HISTORIOGRÁFICA DE THOMPSON VERSUS O MARXISMO ESTRUTURALISMO ALTHUSSERIANO

Edward Palmer Thompson, juntamente com Eric Hobsbawn, Christoffer Hill, Rodney Hilton, pertence a uma tradição historiográfica de cunho marxista que tem se notabilizado por uma incansável discussão